



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638252 - RR (2021/0000497-5)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : RAIMUNDO DE ALBUQUERQUE GOMES  
**ADVOGADO** : RAIMUNDO DE ALBUQUERQUE GOMES - RR001092  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
**PACIENTE** : PEDRO TARGINO DA COSTA TEIXEIRA FILHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PEDRO TARGINO DA COSTA TEIXEIRA FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA (HC n. 9002407-09.2020.8.23.0000).

O paciente foi preso preventivamente no dia 9/12/2020, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 35, da Lei n. 11.343/2006

O impetrante sustenta que "com essa decisão, proferida pelo juízo de primeiro grau, foi violada a Recomendação Nº 62 do CNJ, ignorando-se completamente a documentação médica apresentada pelo Paciente e expondo o paciente a real risco de vida, fundamentando de forma inidônea a manutenção da segregação cautelar." (fl. 9)

Argumenta a "ausência de fundamentação concreta para manutenção da prisão preventiva do paciente, bem como as violações à recomendação do CNJ e o constrangimento ilegal que esta caracteriza, violando, ainda, dispositivos constitucionais e processuais penais, incidindo em hipótese de abuso de autoridade, como a seguir passará a ser demonstrado." (fl. 10)

Alega, por fim ter "o paciente de 64 anos, portador de diabetes e hipertensão arterial que já fazia uso de medicação para tais doenças crônicas, comprovadas pelo receituário médico do Centro de São Saúde do São Vicente, datado do dia 15.09.2020, no qual o médico Nelson Sousa CRM RR- 2173 faz relatório médico detalhado encaminhando paciente para atendimento hospitalar solicitando avaliação e conduta de quem for atendê-lo, para tanto, indica na Anamnese1 que o paciente é idoso, tabagista, diabético, com quadro de sudorese, tontura e náuseas e há dois dias sem uso do Glifage de 500mg, medicamento antidiabético utilizado no tratamento do diabetes tipo 2." (fl. 19)

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a concessão de prisão domiciliar, conforme Recomendação n. 62/CNJ.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente